

14º Seminário Nacional Sociologia & Política

Saberes em Confluência

GT 06 – Pensamento Político na América Latina

Juventudes políticas, hegemonia e reconfiguração do Estado na Argentina (2003-2025)

Anderson Sabino da Silva¹

INTRODUÇÃO

A Argentina do período compreendido entre 2003 e 2025 constitui um campo estratégico de análise das transformações contemporâneas nas formas de construção hegemônica. Nesse intervalo de pouco mais de duas décadas, o país vivenciou ciclos políticos distintos — da reconstrução estatal promovida pelo *Kirchnerismo*² ao desmonte institucional proposto pelo *Mielismo*³, ou seja, o governo de Javier Milei — e, em cada um desses ciclos, as juventudes políticas emergiram como protagonistas centrais da disputa pelo poder e

¹ Doutorando em Ciências Sociais (PGC - UEM), Assessor pedagógico, sabino.ander@hotmail.com.

² O *kirchnerismo* pode ser definido como um projeto político de poder inaugurado por Néstor Kirchner em 2003, que se apresenta como uma vertente do peronismo com forte retórica crítica ao neoliberalismo e ênfase na recuperação do papel do Estado, na proteção do mercado interno, na ampliação de direitos sociais e na integração regional latino-americana (BORON, 2007; SIDICARO, 2011). Apesar do discurso progressista e nacionalista — inspirado nas juventudes peronistas dos anos 1970 —, seu governo manteve elementos centrais do modelo neoliberal herdado da década de 1990, evidenciando contradições entre discurso e prática (BORON, 2007). O *kirchnerismo* buscou construir hegemonia política e social através da ocupação do Estado, do controle de recursos estratégicos, da mobilização popular — especialmente por meio de organizações juvenis como *La Cámpora* — e da consolidação de Cristina Fernández como sucessora e continuadora do projeto, apresentada como alternativa às políticas neoliberais da direita argentina (VÁZQUEZ & VOMMARO, 2011; VOMMARO & VÁZQUEZ, 2017).

³ O *mileísmo* designa o projeto político e as políticas implementadas por Javier Milei a partir de sua chegada ao governo argentino, caracterizado pela defesa radical do Estado mínimo, liberalização econômica irrestrita, crítica às instituições políticas tradicionais — identificadas como “casta” — e adoção de valores culturais e morais conservadores (MORRESI & VICENTE, 2023; VÁZQUEZ, 2022). Associado a redes internacionais da nova direita, como o CPAC, Steve Bannon e Eduardo Bolsonaro, o *mileísmo* também mobiliza estratégias digitais e retóricas antissistêmicas para sustentar um governo orientado pela desregulamentação econômica e por uma visão de Estado voltada para a retração da sua presença na sociedade (BARBOSA, 2024; SAFERSTEIN et al., 2024).

presença no Estado. Compreender esse processo exige ir além da análise eleitoral ou da descrição de programas partidários: é necessário apreender as formas pelas quais diferentes projetos políticos produzem consenso, constroem autoridade e organizam a vida social.

A disputa entre *La Cámpora*⁴ e *Juventud Libertaria*⁵ não pode ser reduzida a um simples confronto entre esquerda e direita, entre estatismo e liberalismo, ou entre uma geração militante e outra geração digital. Trata-se de algo mais fundamental: duas formas distintas de produzir pensamento político sobre o Estado, de disputar a direção moral e intelectual da sociedade e de organizar a relação entre os indivíduos, os grupos sociais e as instituições. É precisamente essa dimensão mais profunda da disputa que o presente trabalho busca evidenciar, recorrendo à teoria gramsciana da hegemonia como referencial analítico privilegiado.

Antonio Gramsci elaborou, nos Cadernos do Cárcere, uma concepção de política que rompe com qualquer reducionismo economicista ou instrumentalista. Para o pensador sardo, o poder não se exerce apenas pela coerção, mas fundamentalmente pelo consentimento — pela capacidade de determinados grupos sociais de apresentar seus interesses particulares como interesses universais, de construir uma visão de mundo capaz de articular diferentes segmentos sociais em torno de um projeto comum. Essa capacidade de direção moral e intelectual é o que Gramsci denomina hegemonia, e é ela que está em jogo na disputa entre as juventudes políticas argentinas. Como aponta Luciano Gruppi (2000), em *O conceito de hegemonia em Gramsci*:

A hegemonia é isso: capacidade de unificar através da ideologia e conservar unido um bloco social que não é homogêneo, mas sim marcado por profundas contradições

⁴ *La Cámpora*, fundado em 2006, é uma organização juvenil ligada ao *kirchnerismo*, composta por jovens militantes leais a Néstor e Cristina Kirchner, com o objetivo de fortalecer a participação política da juventude e resgatar a memória das lutas populares dos anos 1970. Referência Héctor Cámpora, ex-presidente e símbolo do peronismo de esquerda, e atua como braço territorial e institucional do *kirchnerismo*, ocupando cargos públicos, mobilizando bases sociais e formando quadros dirigentes focados na defesa de direitos sociais, fortalecimento do Estado e integração regional (Vázquez & Vommaro, 2011; Vommaro & Vázquez, 2017; Vázquez, 2022).

⁵ A *Juventud Libertaria* é um movimento juvenil argentino surgido nos anos 2020, ligado ao ideário libertário radical e protagonista na mobilização eleitoral de Javier Milei (VÁZQUEZ, 2022). Expressão do descontentamento juvenil com a política tradicional e a crise econômica, articula estratégias digitais descentralizadas, discurso antissistêmico e defesa do Estado mínimo com valores morais conservadores (MORRESI & VICENTE, 2023). Vinculada às redes transnacionais da nova direita, a *Juventud Libertaria* combina liberalismo extremo com “fusionismo” entre pautas econômicas e culturais para disputar o imaginário político argentino (BARBOSA, 2024; SAFERSTEIN et al., 2024).

de classe. Uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que - através de sua ação política, ideológica, cultural - consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda. [...] A hegemonia é tal enquanto se traduz numa reforma intelectual e moral. [...] A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também, um fato cultural, moral, de concepção do mundo. (GRUPPI, 2000, p. 70, 72, 73).

O presente trabalho parte da hipótese de que a disputa entre *La Cámpora* e *Juventud Libertaria* não indica uma simples substituição da militância territorial por formas digitais de mobilização, mas revela uma reconfiguração dos mecanismos clássicos de reprodução da hegemonia. Para sustentar essa hipótese, o trabalho organiza-se da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos o referencial teórico gramsciano, com ênfase nos conceitos de hegemonia, intelectuais orgânicos e Estado ampliado; na segunda seção, analisamos *La Cámpora* como expressão do projeto hegemônico Kirchnerista; na terceira seção, examinamos a *Juventud Libertaria* como fenômeno de crise e reconfiguração hegemônica; na quarta seção, discutimos a disputa pelo senso comum como eixo da confrontação entre os dois agrupamentos; e, por fim, apresentamos nossas conclusões.

A metodologia adotada consiste na análise de conteúdo de discursos públicos, materiais digitais e intervenções institucionais, buscando identificar como cada agrupamento constrói narrativas sobre liberdade, justiça social e soberania estatal.

DESENVOLVIMENTO

1. Hegemonia, intelectuais orgânicos e Estado ampliado: o referencial gramsciano

A categoria de hegemonia constitui o núcleo do pensamento político gramsciano. Em sua formulação original, expressa a capacidade de uma classe ou fração de classe de exercer direção moral e intelectual sobre o conjunto da sociedade, indo muito além da mera dominação coercitiva. Como aponta Gruppi (2000), hegemonia em Gramsci significa a capacidade de unificar um bloco social heterogêneo sob uma direção que não é simplesmente imposta pela força, mas conquistada pelo convencimento, pela construção de um senso comum que torna as relações de poder existentes aceitáveis e até desejáveis para aqueles que a elas estão subordinados.

Essa concepção, elaborada principalmente a partir dos Cadernos do Cárcere, rompe com qualquer determinismo que subordine a superestrutura à base econômica de forma mecânica. A hegemonia implica a construção de um bloco histórico — articulação orgânica entre estrutura econômica e superestrutura ideológica, cultural e política — no qual determinados grupos sociais conquistam a direção intelectual e moral da sociedade por meio da persuasão, do consentimento ativo e da capacidade de apresentar seus projetos particulares como expressão dos interesses gerais. Essa construção não é um dado natural, mas resultado de um trabalho político permanente que se realiza no terreno da cultura, da educação, das instituições e das práticas cotidianas.

Nesse sentido, Antonio Gramsci explicita o conceito de bloco histórico ao enfatizar a unidade entre estrutura e superestrutura como uma relação orgânica e dialética, na qual os distintos níveis da vida social se articulam de forma indissociável:

Mas se pode falar de dialética dos distintos e como se pode entender o conceito de círculo entre os graus da superestrutura? Conceito de “bloco histórico”, isto é, unidade entre a natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos. (GRAMSCI, 2019, *Cadernos do Cárcere*, v. 3, p. 27).

No Caderno 12, Gramsci desenvolve sua teoria dos intelectuais, distinguindo os intelectuais tradicionais — que se percebem como autônomos em relação às classes sociais, herdeiros de funções historicamente consolidadas — dos intelectuais orgânicos, que são produzidos por cada classe social emergente para dar-lhe homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político .

Nesse sentido, Antonio Gramsci explicita que a formação dos intelectuais está diretamente vinculada à dinâmica histórica das classes sociais, evidenciando tanto a produção de intelectuais orgânicos quanto a permanência de camadas intelectuais tradicionais:

§ 1. Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais? O problema é complexo por causa das várias formas que assumiu até agora o processo histórico real de formação das diversas categorias intelectuais. As mais importantes dessas formas são duas: 1) Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. [...] 2) Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou — pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias — categorias intelectuais preexistentes, as quais

apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 2001, *Cadernos do Cárcere*, v. 2, p. 15-16).

Essa distinção é fundamental para a análise das juventudes políticas argentinas. Tanto *La Cámpora* quanto a *Juventud Libertaria* funcionam como expressões de intelectualidade orgânica de suas respectivas formações políticas: produzem quadros, narrativas, práticas e formas de intervenção que expressam e elaboram os projetos hegemônicos em disputa. Não são só simples executores de decisões tomadas por cúpulas partidárias, mas agentes ativos de produção de pensamento político, capazes de articular experiências, elaborar discursos e criar formas de organização que dão coerência e direção aos projetos políticos a que se vinculam.

No Caderno 13, dedicado a Maquiavel, ao Estado e à política moderna, Gramsci aprofunda a análise da relação entre sociedade política e sociedade civil, propondo o conceito de Estado ampliado. Nessa formulação, o Estado não se reduz ao aparelho governamental e coercitivo — o que Gramsci chama de sociedade política ou Estado em sentido estrito —, mas inclui o conjunto das instituições e organizações da sociedade civil por meio das quais se exerce a hegemonia: igrejas, escolas, associações, partidos, meios de comunicação, sindicatos. A partir das definições apresentadas no *Dicionário Gramsciano* (LIGUORI; VOZA, 2017, p. 261), no verbete “Estado”, o Estado em sentido ampliado pode ser compreendido como a articulação entre sociedade política e sociedade civil, integrando coerção e consenso — ou, nos termos gramscianos, ditadura e hegemonia — como dimensões fundamentais das disputas pela hegemonia. Essa formulação encontra respaldo direto em Antonio Gramsci, ao afirmar que:

Na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção). (GRAMSCI, 2000, *Cadernos do Cárcere*, v. 3, p. 248).

Essa perspectiva permite compreender por que a disputa entre as juventudes políticas argentinas não se reduz a preferências eleitorais ou orientações programáticas, mas diz respeito às formas de produção do consentimento e à própria estruturação do campo político em sua totalidade. Trata-se, portanto, de uma disputa que se inscreve no interior do Estado em sentido ampliado, envolvendo tanto os mecanismos de coerção quanto os dispositivos de construção da hegemonia.

Nesse sentido, quando István Mészáros (2015) argumenta que o Estado moderno não é uma entidade neutra, mas expressa relações de poder historicamente constituídas que precisam ser constantemente reproduzidas e legitimadas, ele evidencia a dimensão mais profunda do que está em jogo na confrontação entre diferentes projetos políticos: não apenas quem governa, mas como se governa, por quais meios se produz obediência e quais formas de vida social são tornadas possíveis — ou impossíveis — pelas instituições existentes.

“O Estado na sua composição na base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defendê-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade. Essa determinação representa um obstáculo do tamanho de uma montanha que não pode ser ignorado ao tentar a transformação positiva tão necessária de nossas condições de existência.” (MÉSZÁROS, 2015, p. 28).

A partir dessa compreensão do Estado como instância de reprodução da ordem sociometabólica, torna-se possível avançar na análise da disputa entre as juventudes políticas argentinas para além de suas expressões imediatas. Se o Estado não é neutro, mas parte ativa na manutenção de determinadas relações de poder, então a atuação desses agrupamentos deve ser entendida como intervenção direta no processo de construção, disputa e reconfiguração da hegemonia. Nesse sentido, tanto *La Cámpora* quanto a *Juventud Libertaria* não apenas expressam projetos políticos distintos, mas operam como agentes que buscam moldar as formas de produção do consentimento, influenciar o senso comum e redefinir os termos da legitimidade estatal.

Assim, a disputa entre esses grupos não se limita ao controle de posições institucionais, mas envolve a tentativa de estabelecer quais concepções de Estado, de sociedade e de ordem social se tornam dominantes em um determinado momento histórico. É nesse quadro que se insere a análise das juventudes políticas argentinas: mais do que seus conteúdos programáticos, importa compreender como cada agrupamento atua no terreno da produção de consenso, isto é, que narrativas constrói, que práticas organiza, que formas de subjetividade política produz e como essas dimensões se articulam com projetos mais amplos de transformação — ou de conservação — do Estado e da sociedade.

2. *La Cámpora* e a institucionalização da militância kirchnerista

La Cámpora surge⁶ como organização juvenil vinculada ao Kirchnerismo em meados dos anos 2000, ganhando expressão nacional sobretudo no segundo mandato de Cristina Fernández de Kirchner (2011–2015). Seu nome homenageia Héctor José Cámpora, presidente argentino de breve mandato em 1973, figura associada à ala esquerda do peronismo histórico. A escolha desse nome não é casual: ela expressa a reivindicação de uma linhagem política específica dentro do campo peronista, marcada pela confluência entre militância juvenil, projeto nacional-popular e radicalismo democrático.

Como demonstram Vázquez e Vommaro (2011), *La Cámpora* não pode ser compreendida como simples correia de transmissão do poder presidencial, mas como espaço autônomo de produção de militância e de quadros políticos, com dinâmica própria de recrutamento, formação e intervenção. A organização desenvolve formas específicas de socialização política que articula três elementos centrais: a identidade peronista e sua memória histórica, especialmente a experiência da ditadura e a luta pelos direitos humanos; a militância territorial e a presença nos bairros e comunidades populares; e a ocupação de posições estratégicas no aparato estatal, convertendo a militância em forma de gestão.

O projeto hegemônico Kirchnerista, do qual *La Cámpora* é expressão juvenil privilegiada, caracteriza-se pela tentativa de reconstruir a centralidade do Estado como mediador das relações sociais. Após a crise de 2001–2002, que produziu o colapso das formas tradicionais de representação política na Argentina e gerou o famoso grito de “que se vayan todos”, o Kirchnerismo buscou rearticular o campo popular em torno de um projeto de Estado ativo, redistributivo e soberano. Essa rearticulação exigia não apenas políticas econômicas redistributivas, mas a construção de uma narrativa capaz de dar sentido à ação estatal e de mobilizar energias sociais em torno de um projeto político de médio e longo prazo.

Em termos gramscianos, *La Cámpora* opera como intelectual orgânico do Kirchnerismo, cumprindo a função de dar homogeneidade e consciência ao projeto político em disputa. Vommaro e Vázquez (2011) mostram como a organização articula a militância juvenil com a ocupação institucional de forma que não é uma simples instrumentalização da

⁶ SILVA, Anderson Sabino da. *La Cámpora e o Kirchnerismo: um projeto de poder na Argentina*. 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/7264>. Acesso em: 16 abr. 2026.

juventude pelo poder, mas uma relação de mútua constituição: o Kirchnerismo fornece aos jovens um projeto político, recursos organizativos e posições institucionais; os jovens fornecem ao Kirchnerismo energia militante, legitimidade renovada e quadros capazes de implementar as políticas do governo nos territórios.

De esta manera, identificamos dos formas en las que se presenta la relación entre la militancia juvenil –en particular de La Cámpora– y el Estado. Por un lado, una militancia desde el Estado, encarnada por los miembros de la agrupación que además de ser militantes se desempeñan laboralmente en dependencias estatales de diverso tipo. En esta situación se encuentran desde aquellos ocupan cargos de gestión y se reivindican públicamente como activistas de La Cámpora, hasta aquellas personas que trabajaban en el Estado con anterioridad y que –producto de la vinculación con La Cámpora– resignifican su desempeño y sus funciones laborales al interior del Estado. Por otro, una militancia para el Estado o por el Estado, utilizada para referir a las circunstancias en las que sus militantes se definen como activadores de las políticas públicas haciendo cosas tales como bajar planes y programas sociales en diferentes barrios o comunas. A diferencia de la concepción de la política que primaba en algunos colectivos de militantes en los años noventa –que un entrevistado caracterizó como militar contra el Estado–, en el kirchnerismo el Estado es visto como una herramienta de transformación y un escenario de disputas políticas que es preciso ocupar y al que hay que dedicarle esfuerzo y tiempo militante.(VÁZQUEZ; VOMMARO, 2011, p. 17-18).⁷

A estratégia hegemônica Kirchnerista, mediada por *La Cámpora*, combina dimensões que remetem diretamente à concepção gramsciana de construção do consenso. A presença territorial — a militância presencial nos bairros populares, a organização comunitária, a participação em movimentos sociais — funciona como base material da hegemonia: ela garante que o projeto político não flutue apenas no espaço abstrato dos discursos, mas se enraíze nas práticas cotidianas e nas redes de solidariedade dos setores populares. A ocupação institucional — a inserção de quadros da organização em ministérios, secretarias, empresas públicas e organismos de direitos humanos — garante que a militância tenha consequências

⁷ Tradução nossa: “Dessa forma, identificamos duas maneiras pelas quais se apresenta a relação entre a militância juvenil – em particular de La Cámpora – e o Estado. Por um lado, uma militância *desde* o Estado, encarnada pelos membros da agremiação que, além de serem militantes, exercem atividades laborais em repartições estatais de diversos tipos. Nessa situação encontram-se tanto aqueles que ocupam cargos de gestão e se reivindicam publicamente como ativistas de La Cámpora, quanto aquelas pessoas que já trabalhavam no Estado anteriormente e que – em decorrência da vinculação com La Cámpora – ressignificam seu desempenho e suas funções laborais no interior do Estado. Por outro lado, uma militância *para* o Estado ou *pelo* Estado, utilizada para se referir às circunstâncias em que seus militantes se definem como ativadores das políticas públicas, realizando ações como implementar planos e programas sociais em diferentes bairros ou comunas. Ao contrário da concepção de política que prevalecia em alguns coletivos de militantes nos anos noventa – que um entrevistado caracterizou como *militar contra o Estado* –, no kirchnerismo o Estado é visto como uma ferramenta de transformação e um cenário de disputas políticas que é preciso ocupar e ao qual se deve dedicar esforço e tempo militante.” (VÁZQUEZ; VOMMARO, 2011, p. 17-18).

concretas em termos de políticas públicas e distribuição de recursos. E a elaboração discursiva — a construção de narrativas que articulam defesa dos direitos sociais, memória da ditadura, soberania nacional e crítica ao neoliberalismo — fornece a dimensão propriamente hegemônica do projeto: a capacidade de apresentar os interesses dos setores populares como interesses nacionais e universais.

Contudo, esse projeto hegemônico apresenta contradições internas que contribuirão para o surgimento do fenômeno libertário. A tensão entre a lógica da militância — que exige autonomia, horizontalidade e capacidade de crítica — e a lógica da gestão estatal — que impõe hierarquia, disciplina e subordinação às prioridades do governo — produz, ao longo do tempo, uma progressiva burocratização da militância Kirchnerista. *La Cámpora* tende a se converter em máquina de produção de quadros para o Estado, perdendo parte de sua capacidade de mobilizar energias críticas e de articular demandas que vão além dos limites do projeto governamental. Essa burocratização, combinada com a crise econômica dos últimos anos do governo Cristina Fernández de Kirchner e com a incapacidade de construir uma hegemonia sustentável além dos ciclos eleitorais, cria as condições para o surgimento de uma alternativa política que não aposta na reconstrução do Estado, mas em sua dissolução.

3. *Juventud Libertaria*: antipolítica, desinstitucionalização e novo repertório político

A *Juventud Libertaria* emerge como fenômeno político significativo no contexto da longa crise argentina que precede a eleição de Javier Milei em 2023. Diferentemente de *La Cámpora*, ela não se organiza primariamente em torno da ocupação institucional ou da militância territorial, mas a partir de uma cultura política que combina ultraliberalismo econômico, moral conservadora e formas de mobilização centradas nas redes sociais e na performatividade digital. Seu surgimento não pode ser compreendido sem referência ao contexto de esgotamento das formas tradicionais de mediação política e de acumulação de frustrações com décadas de instabilidade econômica, inflação crônica e promessas não cumpridas.

Como demonstram Morresi e Vicente (2023), o fenômeno da extrema direita argentina não emergiu subitamente, mas resulta de um longo processo de construção de identidades políticas que remontam ao período pós-crise de 2001. Os autores mostram como, ao longo dos anos 2000 e 2010, foram se articulando, em diferentes espaços — fóruns de internet, grupos

de estudo liberais, associações conservadoras, meios de comunicação alternativos — os elementos que compõem a síntese libertária: a crítica radical ao Estado como fonte de todos os males, a reivindicação da liberdade individual como valor supremo, a rejeição das políticas redistributivas como formas de coerção sobre a propriedade e a associação entre progressismo cultural e autoritarismo.

Safferstein et al. (2024) mostram como as direitas argentinas passaram por um processo de radicalização e fusionismo⁸ após 2001, articulando elementos do conservadorismo social, do liberalismo econômico e de formas de populismo anti-establishment em um projeto político que mobiliza sobretudo os setores juvenis. Esse processo de fusionismo ideológico — a articulação, muitas vezes tensa e contraditória, entre liberalismo econômico e conservadorismo cultural — é uma das marcas distintivas da *Juventud Libertaria* e do fenômeno Milei mais amplamente. Diferentemente do liberalismo clássico, que tendia a combinar liberdade econômica com abertura cultural, o libertarismo argentino articula a defesa radical do mercado com uma moral conservadora que rejeita o feminismo, a diversidade de gênero e o que seus adeptos denominam ideologia de gênero.

Em termos gramscianos, o fenômeno libertário apresenta uma peculiaridade fundamental: ele não busca construir hegemonia no sentido clássico — isto é, conquistar a direção moral e intelectual da sociedade por meio da articulação de diferentes grupos e tradições culturais em um projeto comum de transformação positiva do Estado e da sociedade. Ao contrário, sua lógica é a de corrosão da mediação institucional: a *Juventud Libertaria* opera privilegiando estratégias de viralização, choque discursivo e antagonismo performático como forma de tensionar e deslegitimar os mecanismos tradicionais de representação política. A política não é concebida como espaço de construção de acordos e de produção de bem comum, mas como campo de batalha no qual se trata de derrotar um inimigo — a chamada casta política — identificado com todas as formas de mediação institucional.

Retamozo e Schuttenberg (2025) propõem que o fenômeno Milei representa não uma anomalia, mas a expressão de transformações mais profundas nas formas de construção da autoridade política contemporânea. Os autores argumentam que categorias analíticas

⁸ O ‘fusionismo’ é um processo de articulação política e ideológica entre as diversas correntes da direita argentina — liberais, conservadoras, libertárias e nacionalistas —, que encontram um denominador comum para sustentar suas práticas militantes e eleitorais, apesar das tensões e contradições internas, conforme apresentam (SAFERSTEIN et al., 2024).

tradicionais — populismo, autoritarismo, neoliberalismo — são insuficientes para capturar a especificidade do fenômeno, que combina elementos de todos esses registros em uma síntese original. O que emerge é uma forma de política que opera simultaneamente em diferentes registros: econômico, cultural, emocional e performático, produzindo uma identidade política que não é simplesmente a expressão de interesses materiais, mas uma forma de subjetivação que vincula o sujeito a um projeto político por meio de afetos, identificações e ressentimentos.

Do ponto de vista do conceito gramsciano de hegemonia, a *Juventud Libertaria* apresenta um paradoxo constitutivo: sua retórica é radicalmente antipolítica e antiestatal, mas sua prática é intensamente política. Ela mobiliza os jovens em torno de uma visão de mundo que combina a rejeição do Estado como mediador das relações sociais com a afirmação de valores de liberdade individual, empreendedorismo e mérito. Nesse sentido, ela produz uma forma específica de intelectualidade orgânica — voltada não para a construção de instituições, mas para a desconstrução das formas existentes de mediação — que expressa um projeto de transformação do Estado argentino que não é simplesmente reativo, mas propositivo: em lugar das instituições existentes, o mercado como mecanismo de coordenação social.

A dimensão digital da política libertária merece atenção especial. A *Juventud Libertaria* não apenas utiliza as redes sociais como canal de comunicação, mas as incorpora como forma constitutiva de sua prática política. O meme, o vídeo viral, o confronto discursivo nas redes não são instrumentos auxiliares de uma política que se realizaria em outro lugar — nos territórios, nas instituições —, mas são, eles mesmos, a política. Essa transposição da política para o espaço digital tem consequências importantes para a compreensão das novas formas de hegemonia: ela permite uma escalabilidade e uma velocidade de propagação que a militância territorial não consegue alcançar, ao mesmo tempo em que produz formas de identificação política mais individualizadas, mais afetivas e menos mediadas por organizações coletivas tradicionais.

4. A disputa pelo senso comum: dois modos de produzir direção moral e intelectual

O confronto entre *La CámporaF* e a *Juventud Libertaria* pode ser analisado, em perspectiva gramsciana, como uma disputa pelo senso comum — aquela camada do pensamento cotidiano que Gramsci considera o terreno privilegiado da luta hegemônica. O senso comum não é uma massa informe de opiniões irrefletidas, mas um campo complexo,

contraditório e historicamente constituído, no qual convivem elementos progressistas e reacionários, resíduos de concepções de mundo passadas e elementos de bom senso que apontam para novas possibilidades de organização social. Disputar o senso comum significa intervir nesse campo heterogêneo, trabalhando para sedimentar determinados elementos e dissolver outros, construindo novas formas de percepção da realidade social que tornem inteligíveis e desejáveis determinados projetos políticos.

O kirchnerismo, por meio de *La Cámpora*, apostou na transformação do senso comum pela via da institucionalização: a militância juvenil era mobilizada para ocupar posições estratégicas no aparato estatal e para intervir nos territórios, produzindo uma presença capilar que deveria transformar a forma como os setores populares percebiam o Estado e suas possibilidades. Essa estratégia obteve resultados significativos durante o período de expansão econômica e social dos anos 2000 e início dos 2010 — quando o Estado argentino ampliou significativamente sua presença em áreas como saúde, educação, habitação e transferência de renda —, mas encontrou seus limites quando o modelo redistributivo entrou em crise e as expectativas de melhoria contínua das condições de vida deixaram de ser satisfeitas.

A *Juventud Libertaria*, por sua vez, opera com uma lógica radicalmente distinta: em vez de institucionalizar a militância, ela a digitaliza e a espetaculariza. A política de confronto discursivo, a ironia e o meme como instrumentos de intervenção política, a construção de identidades baseadas na rejeição do establishment e na afirmação de uma liberdade radical — esses elementos constituem uma nova gramática política que se mostra extraordinariamente eficaz na disputa pelo senso comum das gerações que cresceram na crise argentina pós-2001 e que não experimentaram, em sua vida adulta, nenhum projeto político capaz de cumprir suas promessas. Para essas gerações, a desconfiança em relação às instituições não é uma posição ideológica, mas uma experiência vivida; e o apelo libertário à liberdade individual e à rejeição da mediação estatal ressoa como expressão de algo que já era, de certa forma, vivenciado cotidianamente.

Essa transformação nas formas de produção da hegemonia expressa uma mudança mais profunda nas formas de subjetivação política: enquanto o kirchnerismo apostava na construção de identidades coletivas ancoradas na memória histórica e na experiência organizativa — o “nós” do campo popular, da militância, dos direitos humanos —, o libertarismo aposta na afirmação de identidades individuais baseadas na escolha, no mérito e

na rejeição de qualquer forma de mediação coletiva. Essa mudança nas formas de identificação política tem consequências importantes para a análise da hegemonia: ela sugere que os mecanismos clássicos de construção do consenso — o partido, o sindicato, o movimento social, a organização territorial — perdem parte de sua eficácia e precisam ser complementados por formas de interpelação que operem diretamente no plano das emoções, das identidades e das experiências individuais.

Em perspectiva gramsciana, o que está em jogo nessa disputa é a capacidade de cada projeto de construir um bloco histórico — uma articulação orgânica entre diferentes grupos e interesses sociais, mediada por uma visão de mundo comum. O kirchnerismo tentou construir esse bloco em torno do Estado como mediador das relações sociais, articulando setores populares, classes médias, movimentos sociais e frações do empresariado nacional sob a bandeira do nacional-desenvolvimentismo e dos direitos sociais. O libertarismo tenta construir um bloco diferente — articulando setores médios urbanos, jovens profissionais, pequenos, grandes empresários e setores populares desencantados com o peronismo — sob a bandeira da liberdade individual e da rejeição da casta política. Ambos os projetos respondem a necessidades reais e a experiências vividas de setores da sociedade argentina, e sua disputa expressa as contradições estruturais de uma sociedade marcada por décadas de instabilidade econômica, exclusão social e crise de representação política.

CONCLUSÃO

A análise do confronto entre *La Cámpora* e a *Juventud Libertaria* no período 2003–2025 permite identificar uma transformação estrutural nas formas de construção da autoridade política argentina que não pode ser reduzida a uma simples alternância entre esquerda e direita. O que está em curso é uma reconfiguração dos mecanismos clássicos de reprodução da hegemonia, na qual as juventudes políticas operam como vetores estratégicos de experimentação de novas formas de produzir consentimento, direção moral e intelectual. Essa reconfiguração não é exclusivamente argentina: ela se insere em tendências globais de transformação das formas de legitimação do poder político, nas quais as redes sociais, a cultura digital e as novas formas de subjetivação individual desempenham papéis crescentemente importantes.

O referencial gramsciano revela-se indispensável para compreender essa dinâmica. A categoria de hegemonia, elaborada nos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 2001; 2019) e sistematizada por intérpretes como Gruppi (2000) e o *Dicionário Gramsciano* (LIGUORI; VOZA, 2017), permite ir além das análises que reduzem o fenômeno libertário a uma simples reação conservadora ou a uma anomalia política conjuntural. Ao contrário, ela mostra que tanto *La Cámpora* quanto a *Juventud Libertaria* constituem formas de intelectualidade orgânica que expressam projetos distintos de organização da sociedade e do Estado, cada um deles articulando, de formas específicas, interesses sociais, visões de mundo e práticas políticas.

O projeto kirchnerista, mediado por *La Cámpora*, apostou na institucionalização da militância juvenil como instrumento de consolidação hegemônica. Seus limites estruturais — a incapacidade de resolver as contradições econômicas estruturais da Argentina e de construir uma hegemonia durável que não dependesse dos ciclos de bonança econômica — abriram espaço para o surgimento do fenômeno libertário, que opera com uma lógica radicalmente distinta: não a construção de instituições, mas a corrosão da mediação institucional; não a ocupação do Estado, mas sua desconstrução; não a militância territorial, mas a performatividade digital.

Essa transformação tem implicações profundas para a análise política latino-americana. Ela sugere que estamos diante não apenas de uma crise de governabilidade ou de representação, mas de uma crise das formas clássicas de construção da hegemonia que marcaram a política argentina — e, em grande medida, a política latino-americana — ao longo do século XX. A tensão entre a lógica da construção institucional, representada por *La Cámpora*, e a lógica da desinstitucionalização, representada pela *Juventud Libertaria*, expressa essa crise em sua forma mais aguda e visível.

Em perspectiva gramsciana, a questão fundamental que se coloca para o futuro da política argentina não é simplesmente quem vencerá a próxima eleição, mas qual projeto será capaz de construir uma hegemonia sustentável — isto é, uma articulação orgânica entre diferentes grupos sociais, mediada por uma visão de mundo capaz de dar respostas às contradições estruturais da sociedade argentina. Essa construção exige não apenas eficácia econômica, mas capacidade de produzir sentido, de articular identidades, de construir formas de solidariedade e de organizar a experiência cotidiana dos sujeitos de maneira que torne

inteligível e desejável um determinado projeto de ordem social. É nesse terreno — o terreno da produção do consenso, da disputa pelo senso comum, da construção da direção moral e intelectual — que se decide, em última instância, o futuro do Estado argentino e, com ele, o lugar das juventudes políticas na reorganização do pensamento político latino-americano.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932–1934): notas sobre Maquiavel, sobre a política e sobre o Estado moderno. In: _____. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (org.). *Dicionário gramsciano (1926–1937)*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar: reflexões sobre o Estado*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MORRESI, Sergio; VICENTE, Martín. Está entre nosotros: ¿de dónde sale y hasta dónde puede llegar la extrema derecha que no vimos venir? In: SEMÁN, Pablo (org.). *Está entre nosotros: la extrema derecha que no vimos venir*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

RETAMOSO, Martín; SCHUTTENBERG, Mauricio. Milei y las ciencias sociales: ¿enigma, anomalía o qué? *Sociohistórica*, La Plata, n. 55, e261, 2025.

SAFFERSTEIN, Ezequiel et al. Radicalización y fusionismo en el activismo juvenil de las derechas argentinas tras 2001: actualidad de una historia. *Estudos Sociais*, Araraquara, v. 29, n. esp. 1, p. 1043–1062, 2024.

VÁZQUEZ, Melina; VOMMARO, Gabriel. *La fuerza de los jóvenes: aproximaciones a la militancia kirchnerista desde La Cámpora*. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

VOMMARO, Gabriel; VÁZQUEZ, Melina. Militância juvenil, política e peronismo no governo: La Cámpora e a juventude kirchnerista na Argentina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1–20, 2017.